

Arquivos pessoais e monarquia

Uma investigação do possível terceiro reinado da princesa Isabel a partir do Arquivo Grão-Pará

Personal archives and monarchy: a research about the possible third reign of princess Isabel by means of the Grão-Pará Archive / Archivos personales y monarquía: una investigación del posible tercer reinado de la princesa Isabel por medio del Archivo Grão-Pará

Cibele Camargos Pereira

Doutoranda e mestra em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil.

cibelecamargosp@gmail.com

Karulliny Silverol Siqueira

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Professora no Departamento de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, Brasil.

karulliny@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo evidencia a trajetória do Museu Imperial de Petrópolis, destacando a composição de seu Arquivo Histórico. A ênfase é conferida ao acervo do Arquivo Grão-Pará, por meio de um estudo de caso acerca da princesa Isabel, enfocando a sua terceira regência. A pesquisa também apresenta as potencialidades da concepção metodológica da Teoria da Avaliatividade para a investigação de acervos pessoais.

Palavras-chave: Museu Imperial; Arquivo Grão-Pará; princesa Isabel; terceiro reinado.

ABSTRACT

This paper emphasizes the Museu Imperial history, presenting the collection of the Historical Archive. We approach the collection of the Grão-Pará Archive, by means of a case study about the princess Isabel, and her third regency. The research also presents the potential of the methodology Appraisal for analysis on personal collections.

Keywords: Museu Imperial; Grão-Pará Archive; princess Isabel; third reign.

RESUMEN

Este artículo enfatiza la historia del Museu Imperial, presentando la colección del Archivo Histórico, reconociendo como un lugar de memoria. Destacamos a la colección del Archivo Grão-Pará, a través de un estudio de caso sobre la princesa Isabel y su tercera regencia. La investigación también presenta el potencial de la metodología Appraisal para el análisis de colecciones personales.

Palabras clave: Museu Imperial; Archivo Grão-Pará; princesa Isabel; tercer reinado.

Arquivos pessoais e seu uso pelos historiadores

As últimas décadas demonstram que o fazer historiográfico lança mão de subsídios advindos de arquivos pessoais para reconstruir lugares de memória e tecer as narrativas historiográficas que apresentam lacunas no meio acadêmico, possibilitando ao historiador a elaboração de contribuições capazes de ampliar as perspectivas acerca do passado. A partir da década de 1970, a perspectiva da história cultural ampliou o espaço de uso das fontes pessoais, permitindo que pesquisadores utilizassem estes arquivos para compor suas análises históricas a partir de novas fontes, documentos inéditos resguardados por famílias, intelectuais ou ainda produzidos por pessoas comuns, como nos demonstra a perspectiva da história vista de baixo, amparada pelos italianos Carlo Ginzburg (1989) e Giovanni Levi (2020), a partir da micro-história.

Quando adentramos o mundo dos arquivos e registros pessoais – o que a arquivista australiana Sue Mckemmish (2013) denomina como “provas de mim”, indicando a guarda e zelo pelo que é individual – tem-se, ao mesmo tempo, registros acerca do coletivo, e que indicam os modos de pensar e agir de um determinado contexto social. Nesse sentido, cartas, jornais, revistas, recortes, fotos, dentre outros elementos que podem existir em determinado arquivo pessoal, quando torna-se acessível aos usuários, permitem a visibilidade de diferentes nuances sociais e culturais.

Como evidencia Laura Perozzo (2022), tais componentes revelam ainda uma gama multifacetada de espaços de memória e identidades que são cruciais ao trabalho do historiador:

Os diferentes espaços de memória estão ali para preservar a identidade, fazendo-nos lembrar daquilo que é importante e que deve ser preservado. Os acervos e arquivos pessoais passam, cada vez mais, a ser entendidos como lugares de memória individual e coletiva. Passaram a esse patamar como um meio de manter e na tentativa de trazer consciência histórica sobre os eventos que marcam o coletivo ao consentir sobre a necessidade de manter intactos o patrimônio tangível e intangível da humanidade. (Perozzo, 2022, p. 6)

Esta pesquisa se centrará no Arquivo Grão-Pará, evidenciando aspectos históricos do acervo, bem como em um estudo de caso produzido acerca da princesa herdeira da Coroa brasileira no contexto final de vigência do regime monárquico no país. Investigaram-se as correspondências redigidas pela princesa Isabel e enviadas aos pais, Pedro II e Teresa Cristina, visando compreender

a perspectiva política da herdeira da Coroa brasileira na conjuntura de sua terceira regência, permeada pela crise que atingiu as instituições monárquicas naquele período. O artigo foi produzido a partir de perguntas de pesquisa suscitadas da dissertação de mestrado de uma das autoras, e o estudo de caso ora apresentado corresponde a fragmentos da análise anterior (Pereira, 2023).

O Arquivo Grão-Pará corresponde a um acervo pessoal pertencente aos descendentes do ramo Orléans-Bragança da extinta família imperial brasileira. A maior parte da sua documentação encontra-se alocada no Arquivo Histórico do Museu Imperial em Petrópolis, enquanto outro eixo dos arquivos apresenta-se sob guarda da própria família Orléans-Bragança. Atualmente, por exemplo, todas as missivas submetidas e recebidas pelo filho mais velho da princesa Isabel, d. Pedro de Alcântara, encontram-se com os descendentes para desenvolvimento de pesquisa própria. Reconhece-se, portanto, a dedicação dos descendentes da antiga dinastia em contribuir para a composição da história nacional, por meio do investimento em pesquisas e da disponibilização do Arquivo Grão-Pará no Arquivo Histórico do Museu Imperial, propiciando investigações das mais diversas ordens.

Entretanto, considerando as premissas de Jacques Le Goff (1990, p. 472-473), identifica-se o interesse que as famílias proprietárias de acervos pessoais podem apresentar diante da exposição ou do silenciamento de determinados documentos. Conforme o autor, o documento pode ser mobilizado para impor a construção no presente ou no futuro, voluntária ou involuntariamente, de determinada imagem de si próprios. Evocando os pressupostos sociológicos elencados por Pierre Bordieu (1996, p. 138), “os agentes sociais não realizam atos gratuitos”, há uma razão que determina as ações. Já em relação aos documentos, para Le Goff, encontram-se revestidos por “uma roupagem, uma aparência enganadora”, que deve ser demolida pelos historiadores (Le Goff, 1990, p. 473).

O Museu Imperial e sua potência enquanto instituição arquivística

O Arquivo Histórico configura-se como um dos setores do Museu Imperial. O local corresponde a um monumento/espço público tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O espaço, assim como diversas áreas da cidade de Petrópolis, também tombadas pelo Iphan, possibilita a apreensão de vestígios do passado político e cultural brasileiro. Dado o expressivo percentual de visitantes recebidos quase diariamente, identificamos a curiosidade despertada por esse ambiente, que Pierre Nora definiria como exemplo de um lugar “onde a memória se cristaliza e se refugia”. Nesses espaços, o autor

alega a existência de uma sensação de continuidade sendo provocada em seus visitantes (Nora, 1993, p. 7). Já que, assim como explicita Ulpiano Bezerra de Meneses (1994, p. 41), o ambiente de um museu histórico deve provocar novas elaborações naqueles que o visitam, por meio do estímulo à composição e ao exercício de uma consciência crítica, convertendo seus objetos em verdadeiros documentos históricos.

A área ocupada pelo Museu Imperial corresponde às possessões do antigo Palácio Imperial, residência de veraneio de d. Pedro II. Conforme acentua Luiz Manoel Gazzaneo (2010), o território foi alvo de uma série de desmembramentos e reconfigurações no contexto posterior à instalação do governo republicano no país. O local foi adquirido pelo imperador Pedro I pouco antes da abdicação. Ambicionando construir um palácio de verão, o monarca obteve a fazenda de Córrego Seco no ano de 1830. Entretanto, foi somente a partir do reinado de seu filho, d. Pedro II, que as primeiras iniciativas para a edificação foram concretizadas. Por meio da colaboração do engenheiro Júlio Frederico Koeler, elaborou-se o plano para a Vila Imperial de Petrópolis, contemplando o Palácio Imperial, a catedral São Pedro de Alcântara¹ e o cemitério (Gazzaneo, 2010). A localidade, por seu clima mais ameno e pela proximidade à capital do Império, ofereceu abrigo ao monarca e à sua família em diversas ocasiões. A princesa herdeira, d. Isabel, também apreciava Petrópolis e escolheu a cidade para fixar residência com o marido, Gastão de Orléans, em 1876, mediante a compra do Palácio Isabel, instalado à frente da catedral. A Figura 1 destaca um mapa da região, elaborado no ano de 1854.

¹ A igreja dedicada ao santo padroeiro da cidade de Petrópolis abriga atualmente os restos mortais de d. Pedro II, d. Teresa Cristina, d. Isabel e seu marido, o conde d'Eu.

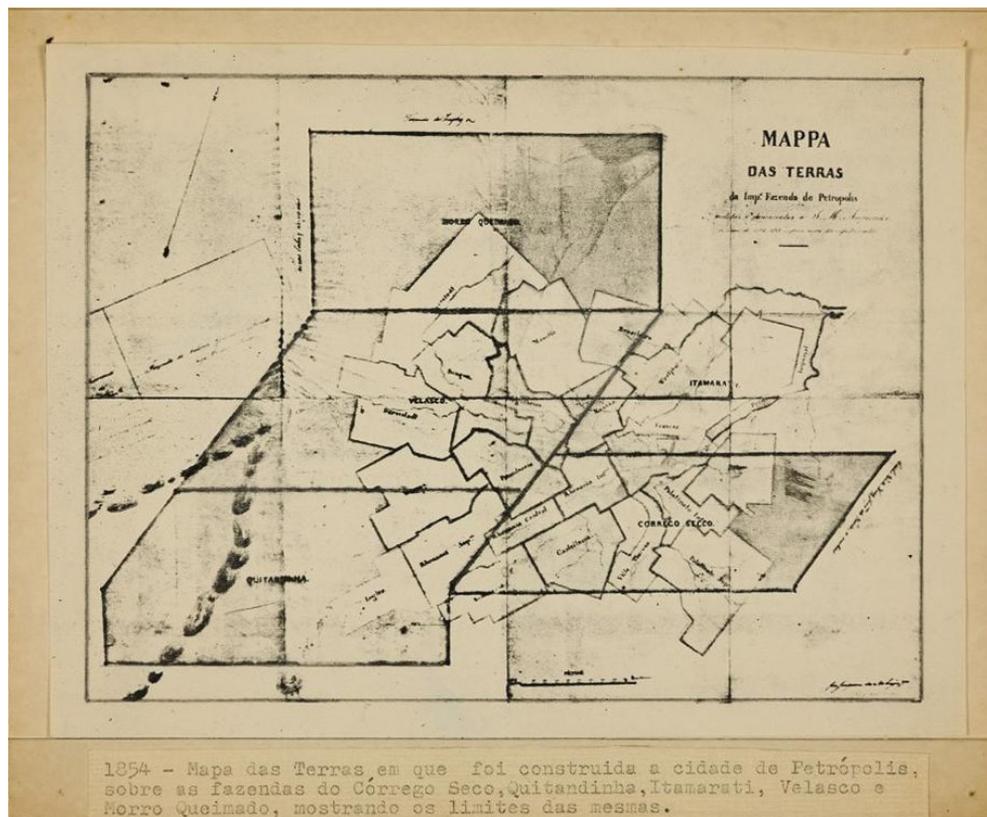


Figura 1 – Mapa das terras da cidade de Petrópolis. Fonte: Museu Imperial (Ibram). Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/5869>²

Na conjuntura posterior à inauguração do governo republicano, o palácio permaneceu abandonado até ser alugado em 1892 para a instauração do Colégio Notre Dame de Sion, e posteriormente para o Colégio São Vicente de Paula (Gazzaneo, 2010). Foi somente em 1938 que o governo federal recebeu a posse do imóvel e do terreno que contava com 22 mil metros quadrados, visando à instalação de um museu histórico. Segundo Eliane Marchesini Zanatta (2011, p. 89), o presidente Getúlio Vargas demonstrou interesse na restauração do espaço, empreendendo “constantes visitas ao longo do processo de recuperação do prédio para abrigar o museu e já apontava que bens históricos poderiam ser

² Legenda elaborada por José Kopke Fróes: “1854 – Mapa das Terras em que foi construída a cidade de Petrópolis, sobre as fazendas do Corrego Seco, Quitandinha, Itamarati, Velasco e Morro Queimado, mostrando os limites das mesmas”. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/5869>. Acesso em: 20 jul. 2023.

transferidos de outras instituições federais para Petrópolis”. O procedimento do então governante estava alinhado às suas iniciativas para a formação da nacionalidade brasileira, construindo identidade para o país por meio do resgate de aspectos do seu passado político e cultural.

Sendo assim, o Museu Imperial destaca-se como importante instrumento para a constituição da memória nacional. Como esclarece Isabela Sousa Corvo:

Durante o século XX há o fortalecimento do Estado moderno e o MI [Museu Imperial] foi, então, idealizado em um momento em que era propício ao governo a criação de um museu histórico a fim de fortalecer o conceito de nação e a criação de uma identidade nacional, utilizando-se da funcionalidade do patrimônio cultural em representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação, elementos formadores, construindo uma narrativa de passado comum e homogêneo. (Corvo, 2018, p. 27)



Figura 2 – Museu Imperial de Petrópolis. Fonte: <https://www.cidadeecultura.com/museu-imperial-em-petropolis/>

Concomitantemente à organização do Museu Imperial (Figura 2), o Arquivo Histórico também passou a ser engendrado em 1940, promovendo o recolhimento de fontes e a sistematização do acervo. Assim como explicita Begonha Bediaga (1997), os instrumentos de pesquisa disponíveis são os inventários e índices onomásticos. Atualmente, também é possível acessar parte da documentação por meio do sítio eletrônico do museu, devido ao desenvolvimento do projeto Dami (Programa de Digitalização do Acervo do Museu

Imperial). Iniciado em 2010, visando digitalizar as coleções públicas do arquivo, o programa conta atualmente com vinte coleções digitalizadas ou parcialmente digitalizadas, sendo elas: Pedro de Orléans e Bragança (POB), Amaro Emílio da Veiga, Aristides Armínio Guaraná, Barão de Marmoré, Barral Montferrat, Carlos Gomes, Conde de Nioac, Cozinheiro Imperial, Dionísio Cerqueira, Família do Conde Modesto Leal, Família Imperial, Haack, Jordão Vilela, José Kopke Fróes, Leone Ossoviggi, Maria Ozória de Siqueira Schurig Vieira, Museu Casa Geyer, Museu Histórico de Petrópolis, Museu Imperial, Pedro Gomes da Silva.

A iniciativa dinamiza o acesso ao conteúdo e propicia aos historiadores uma ampla gama de fontes para investigação, dispensando os custos para locomoção e estadia na cidade de Petrópolis, anteriormente necessários para os estudiosos não residentes no município serrano. Dessa forma, o projeto Dami destaca-se como um importante passo na direção da satisfação de lacunas referentes à história nacional e na composição da memória da sociedade brasileira, permitindo ao público em geral o acesso a vestígios do seu passado.

Assim como aponta Begonha Bediaga (1997), o acervo do Arquivo Histórico é composto por 45 arquivos e coleções particulares, sendo predominantemente de ordem privada, destacando-se um contingente diminuto de documentos oficiais. Entre o material alocado, encontram-se correspondências, diários, anotações, desenhos, fotografias e mapas. Conforme o sítio eletrônico da instituição, as temáticas incluem aspectos relacionados ao Brasil Império e aos primeiros momentos da República, bem como informações acerca do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Petrópolis. A Figura 3 expõe uma parte do arquivo, ilustrando como a documentação encontra-se alocada na instituição.



Figura 3 – Arquivo Histórico do Museu Imperial. Fonte: Museu Imperial (Ibram). Disponível em: <http://museuimperial.museus.gov.br/arquivo-historico/>

Devido à ampla gama de fontes documentais disponíveis, o Arquivo Histórico do Museu Imperial representa uma importante instituição para o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas à história do Brasil Império, e aos primeiros anos da República, tanto presencialmente, na cidade de Petrópolis, quanto de forma virtual, por meio da plataforma do projeto Dami. Essa iniciativa de digitalização do material contribui sensivelmente para a expansão de elaborações investigativas por parte dos estudiosos das ciências humanas. Em contrapartida, o acervo do Arquivo Grão-Pará, que será abordado a seguir, é marcado por determinados entraves, impostos por seus proprietários, impedindo a sua reprodução por meio de fotografias.

Aspectos históricos do Arquivo Grão-Pará: importância e trajetória

Ao falarmos da consolidação do que hoje se reconhece e se disponibiliza aos pesquisadores como o acervo Grão-Pará, torna-se crucial mencionar a importância de dom Pedro Gastão em meio à trajetória desse acervo alocado no Museu Imperial de Petrópolis. De acordo com Jaime Antunes da Silva, dom Pedro Gastão nasceu em território francês, no Castelo d'Eu, em 19 de fevereiro de 1913, fruto do matrimônio entre o filho primogênito da princesa Isabel, príncipe do Grão-Pará, d. Pedro de Alcântara, e d. Maria Elisabeth Adelaide, condessa Dobrzensky de Dobrzenicz. Conforme o autor, dom Pedro Gastão desfrutou de sua infância na companhia dos avós paternos, Isabel e Gastão de Orléans. O bisneto de Pedro II realizou viagens ao Brasil durante a década de 1920, e, por volta de 1935, estabeleceu residência no Palácio Grão-Pará, em Petrópolis. A partir desse momento, dedicou-se fielmente à guarda e preservação do patrimônio documental familiar, acondicionado no Palácio Grão-Pará e na Imobiliária de Petrópolis (Silva, 2013).

No ano de 1948, dom Pedro Gastão doou ao Museu Imperial parte do arquivo particular da família imperial, cuja organização fora feita pelo historiador Alberto Rangel. Tal sistematização havia sido idealizada pelo pai de dom Pedro Gastão, Pedro de Alcântara. Segundo Alcindo Sodré (1950), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) mediu a relação com o governo federal e incentivou a transferência do arquivo para o Museu Imperial. Importante destacar que o Inventário Sumário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial, relacionado ao acervo doado, foi publicado em 1939 nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Já na década de 1990, uma outra parte da documentação familiar, denominada Arquivo Grão-Pará, foi depositada no Museu Imperial, por parte do primeiro rebento de dom Pedro Gastão, d. Pedro Carlos, fazendo

com que importantes documentos, sobretudo correspondências trocadas entre os membros da família e outras personalidades ligadas à monarquia brasileira, se tornassem acessíveis ao público e a pesquisadores das mais diferentes áreas. Nas palavras de Jaime Antunes da Silva:

O acervo do Arquivo Grão-Pará é formado pela correspondência trocada entre os membros da família imperial com outros soberanos e príncipes da Europa, tais como Francisco I, imperador da Áustria, Vitória, rainha da Inglaterra, Leopoldo I, rei dos Belgas, Vitor Emanuel, rei da Itália, Nicolau I, imperador da Rússia e com outras personalidades da época, como a condessa de Barral, o conde de Lages, o conde de Nova Friburgo, o conde de São Clemente, visconde e conde de Nioaque e visconde do Rio Branco. O acervo é também integrado pelos documentos referentes à organização e administração da Casa Real Portuguesa e da Casa Imperial Brasileira, desde a parte financeira de gastos públicos e de gastos pessoais de cada membro da família até incentivos à educação e às artes, com cerca de 30 mil documentos textuais e impressos. (Silva, 2013, p. 289)

Esse acervo compõe o mesmo fundo do arquivo Pedro Orléans e Bragança (POB). Contudo, ao contrário da documentação do POB, que foi em parte digitalizada, ou até mesmo publicada, como é caso dos *Diários do imperador d. Pedro II*, o acesso ao Arquivo Grão-Pará é permitido somente presencialmente, sob a supervisão da arquivista responsável pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial. Assim como informado pela direção do Museu Imperial, os documentos do Arquivo Grão-Pará encontram-se dispostos na propriedade pública em regime de comodato. Portanto, o museu é responsável pela conservação das fontes históricas, mas são os herdeiros da família imperial quem detêm a posse do material. Na conjuntura atual encontra-se em vigor uma proibição, expedida pelos descendentes da família Orléans-Bragança, quanto à reprodução do acervo por meio de fotografias. Este fator limita o desenvolvimento da análise das fontes, tendo em vista o horário de funcionamento do espaço, que demanda agendamento prévio.

O local recebe pesquisadores a partir das 10h, pausando para o almoço às 12h30. O retorno acontece às 13h30, sendo encerrado o atendimento às 16h. O Arquivo Histórico conta apenas com uma arquivista, e com o apoio promovido por um estagiário. Os estudantes são ocasionalmente substituídos, devido ao encerramento do contrato de estágio, e trata-se geralmente de graduandos em história, advindos da instituição que oferta o curso na região serrana, a Universidade Católica de Petrópolis (UCP). A arquivista responsável preenche

um formulário acerca do trabalho desenvolvido pelo pesquisador, registrando o grau de escolaridade, os objetivos relacionados ao acesso ao material, a descrição completa da documentação consultada e aspectos pessoais do cientista. O relatório é assinado pelo pesquisador e permanece arquivado no local.

A composição do Arquivo Grão-Pará encontra-se descrita em um inventário de 342 páginas, que, dado o volume da documentação, ainda se apresenta em processo de elaboração. O acervo é descrito conforme sua localização, através de códigos das pastas ou gavetas em que o material se encontra resguardado. Indica-se o tipo de documento, o idioma e o período de produção, ausente a especificação do assunto. A maior parte dos arquivos corresponde a correspondências, redigidas principalmente em francês e português. Contudo, também é possível identificar panfletos, diários, exames escolares das princesas Isabel e Leopoldina, cartas de alforria, escrituras e documentos em geral relacionados às propriedades da família imperial, recibos, contratos, entre outros.

O exame da documentação pelos pesquisadores é permitido somente com o uso de luvas. Eventualmente, o local disponibiliza instrumentos que facilitam a pesquisa, como espátulas e lupas. Entretanto, trata-se de uma cortesia, sendo responsabilidade do cientista portar as ferramentas necessárias para a sua investigação. Além do monitoramento por câmeras, o pesquisador nunca permanece desacompanhado nas dependências do arquivo, garantindo a efetividade da política de não reprodução por imagens do Arquivo Grão-Pará. A arquivista responsável também orienta e fiscaliza o cuidado do pesquisador ao manusear as fontes históricas, visto que trata-se de documentos raros, originais e frequentemente frágeis.

O estudo de caso desenvolvido no arquivo privilegiou o exame das correspondências redigidas pela princesa Isabel e enviadas à imperatriz d. Teresa Cristina e ao imperador d. Pedro II nos anos de 1887 e 1888. O recorte temporal realizado corresponde ao período de início da terceira regência de d. Isabel e de assinatura da lei que aboliu a escravidão no país. O objetivo da investigação consistiu em mapear aspectos da personalidade e dos posicionamentos da sucessora do monarca Pedro II, considerando as descrições promovidas por grande parte da historiografia (Calmon, 1941; Lacombe, 1989; Vieira, 1990; Barman, 2005), que apresentava a princesa como beata, submissa ao marido francês e pouco interessada em governar o Brasil em caso de ausência do pai. O referido exame foi promovido à luz do aporte metodológico da Teoria da Avaliatividade, que será abordado a seguir.

A princesa Isabel e a possibilidade de imperar: um estudo de caso elaborado a partir dos documentos de acervo Grão-Pará

O estudo de caso que será apresentado neste artigo foi desenvolvido segundo a concepção metodológica da análise crítica do discurso, em particular a Teoria da Avaliatividade, desenvolvida pelos pesquisadores australianos James Martin e Peter White. A metodologia revelou-se adequada para o exame de correspondências e arquivos pessoais em geral. A Teoria da Avaliatividade contempla três esferas semânticas que interagem entre si: *attitude*, *engagement* e *graduation* (Martin; White, 2005).

Examinamos os escritos da princesa à luz dessas dimensões significativas. Considerando a *attitude*, é possível verificar os sentimentos, as reações emocionais, os julgamentos de comportamento e dos objetos que compunham seu universo, que circulava entre o mundo público e privado, privilégio com que não contava nenhuma mulher de elite da época (Martin; White, 2005). Sua melhor amiga, por exemplo, Amandinha de Paranaguá Dória, intensamente mencionada em suas correspondências, e lembrada com frequência pelo próprio imperador Pedro II, manteve-se sempre ao lado de Isabel. Contudo, a companheira de infância da herdeira do trono não poderia vicejar os caminhos da política, destinados para a princesa desde os quatro anos de idade.

A dimensão da *attitude* apresenta também três segmentos de sentimento: *affect*, *judgement* e *appreciation*. O primeiro está relacionado à interpretação de reações emocionais, por meio de determinados recursos. Por exemplo, indagamos se quando a princesa redigia suas correspondências, manifestava sentimento de choque em relação a alguma questão. Assim, perseguimos em nossa investigação esse eixo de reações. Dentro desse percurso metodológico, a segunda região da *attitude*, o *judgement*, considera os aspectos morais e os princípios normativos empregados para avaliar um comportamento. Por fim, o segmento *appreciation* refere-se ao valor concedido às coisas que compõem o universo daquele que escreve, considerando fenômenos naturais e a semiose. No caso da princesa, podemos conjecturar a forma como valorava sua posição de herdeira da Coroa. Outra dimensão da Teoria da Avaliatividade, o *engagement*, evoca a apreciação do “jogo de vozes” que permeiam um discurso. Por fim, a dimensão *graduation* enfoca a intensidade dos sentimentos traduzidos no texto. A investigação da documentação evidenciou termos e palavras que demonstram se havia fervor ou veemência para tratar determinada questão. Por exemplo, se a princesa imperial empregava o grau superlativo em seu texto para mencionar questões de Estado no período em que assumiu pela terceira vez a regência do país devido à ausência de seu pai (Martin; White, 2005).

A referida metodologia, por seu enfoque nos sentimentos que perpassam um texto e nos elementos do discurso, mostra-se adequada para o exame de documentos dispostos em acervos pessoais. Ao contrário, por exemplo, da metodologia das linguagens políticas, elaborada pelos historiadores ingleses Quentin Skinner (1996) e John Pocock (2003), tendo em vista que esta concepção reflete acerca de textos publicizados, da relação autor-leitor, das intenções do autor ao divulgar suas ideais no papel, visando ao desenvolvimento de elaborações por parte do leitor. Desse modo, o estudo das linguagens políticas não seria apropriado para examinar fontes de caráter privado. Como será observado a seguir, a Teoria da Avaliatividade será instrumento de exame das correspondências redigidas pela princesa Isabel, e endereçadas ao casal imperial, d. Pedro II e d. Teresa Cristina.

As primeiras obras historiográficas que pretenderam abordar a trajetória pública e privada da princesa Isabel recorreram ao acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial, em especial ao Arquivo Grão-Pará. Em consonância ao paradigma historiográfico em voga no período, as obras de Pedro Calmon (1941), Hermes Vieira (1990) e Lourenço Luiz Lacombe (1989) produziram biografias de caráter laudatório acerca da princesa imperial. Assim como no contexto do século XX, em que os primeiros trabalhos explicitando a figura de d. Isabel foram produzidos, o acervo do Arquivo Grão-Pará ainda se apresenta como espaço profícuo para a produção de análises acerca da conjuntura imperial brasileira, preenchendo lacunas ou revisando noções vigentes a respeito do passado nacional e de personalidades de expressiva participação política.

A princesa Isabel, objeto desta análise, era a responsável pela perpetuação do regime imperial no país, tornando-se, após o falecimento dos dois irmãos do sexo masculino, a primeira na linha de sucessão do trono brasileiro. Aos quatro anos de idade, a menina passou a ser preparada para cumprir a missão com a pátria. Isabel possuía um intenso programa de estudos. Assim como demonstra Jaqueline Vieira Aguiar (2012), a herdeira da Coroa, ao lado da irmã Leopoldina, dedicava onze horas por dia, seis vezes por semana, aos estudos. Ao longo de sua vida, a princesa vivenciou momentos de ingerência na vida pública e reclusão na vida privada, movimentação incomum para as mulheres brancas da elite imperial.³

3 Segundo Norma Telles (1997), durante o século XIX, ao feminino era imputado o âmbito privado, sendo considerado incapaz de atuar no universo dos estudos, do trabalho ou da política. Conforme a autora, os principais escritores do contexto alegavam que a educação da mulher deveria enfatizar aspectos relacionados à vida doméstica, inserindo temáticas capazes de torná-la interessante para a sociedade.

D. Isabel assumiu o governo do país em três ocasiões diferentes, devido à necessidade de o pai empreender viagens à Europa. Durante as regências, a princesa enfrentou diversos desafios, conciliando suas atribuições como esposa e mãe ao papel de regente da nação. Entretanto, foi durante a terceira regência (1887-1888) que a sucessora de Pedro II enfrentou as maiores turbulências, além de desenvolver sua autonomia como governante. Na conjuntura dos anos 1880, o regime enfrentava uma forte crise, iniciada na década de 1870, e convivia com uma ferrenha oposição fomentada pelo Partido Republicano. De acordo com Angela Alonso (2002), as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela emergência de uma nova elite política intelectual que questionava as bases do sistema monárquico, ambicionando atingir participação política. Nesse cenário, o imperador, a sucessora, d. Isabel, a centralização política, o poder moderador e diversos aspectos do regime foram alvo de críticas dessa nova geração, que utilizava canais não oficiais para promover o debate político, como jornais, passeatas, eventos em teatros e cafés.

Nesse período, principalmente a partir do ano de 1886, a temática da possibilidade do terceiro reinado permeava as discussões desenroladas na imprensa. De um lado, Isabel encontrava apoiadores, apresentados como isabelistas, e de outro, lidava com as desconfiças e os ataques retóricos dos membros do Partido Republicano. O envolvimento da sucessora na causa abolicionista também gerava grande repercussão. A princesa realizava eventos para angariar fundos para a compra de alforrias, e como indica Eduardo Silva (2003), organizava as “batalhas de flores” em Petrópolis, uma espécie de passeata abolicionista.

A terceira regência da princesa imperial d. Isabel foi inaugurada desde a partida do imperador para a Europa, no dia 30 de junho de 1887. O frágil estado de saúde do monarca exigiu o seu afastamento do exercício das funções majestáticas e a conseqüente convocação da sucessora para assumir a sua terceira regência da nação. A moléstia que afligiu Pedro II preocupava a elite política monarquista e ao mesmo tempo era utilizada como artifício linguístico de endosso para propaganda republicana. Os primeiros momentos da terceira regência de Isabel promoveram discussões conflitantes na imprensa. A linguagem do republicanismo alegava que o terceiro reinado já havia sido inaugurado e que Pedro II não retornaria vivo à pátria. Em contrapartida, monarquistas declaravam que o regresso do imperante ocorreria em breve, e que d. Isabel estaria plenamente capacitada para conduzir a nação na ausência do patriarca, tendo em vista o conhecido sucesso, na linguagem daqueles políticos, das duas últimas regências da princesa.⁴

4 *Gazeta da Tarde*, n. 145, 28 jun. 1887; *Gazeta da Tarde*, n. 146, 30 jun. 1887; *Jornal do Comércio*, n. 181, 30 jun. 1887; *Diário de Notícias*, n. 751, 30 jun. 1887; *Gazeta de Notícias*, n. 178, 27 jun. 1887.

Essa terceira regência havia sido inaugurada a partir da interrupção do lazer que a princesa desfrutava junto ao marido e filhos na Europa. Em 5 de março de 1887, a sucessora escreveu ao pai da cidade francesa de Nice: “Saudades e mais saudades! O papai doente e eu não estou aí para lhe fazer companhia”.⁵ Conjecturamos, como discutiremos nas próximas páginas, que a princesa era assídua leitora dos periódicos imperiais, então provavelmente conhecia as especulações que permeavam a imprensa brasileira desde 1886, em que se elaboravam prospecções para a data de partida do imperador para tratar da saúde na Europa. Tal fato culminaria na interrupção da estadia de Isabel naquele continente, já que, sendo a primeira na linha de sucessão ao trono, seria obrigada a assumir a regência do império na ausência de Pedro II, assim como nos *espaços de experiência* (Kosseleck, 1923) de 1871 e 1876.

Já no final daquele mês de março de 1887, ainda de Nice, a herdeira da Coroa escrevia com *affect* de apreensão e melancolia ao pai, assim como no excerto destacado anteriormente. Assim, Isabel demonstrava a sua preocupação: “Saudades e mais saudades! Me têm aborrecido os jornais de Lisboa que dizem que papai está de novo indisposto! Deus queira que não seja nada, e só vontade de dar notícias!”.⁶ Apesar das desconfianças da princesa com relação à veracidade das publicações dos periódicos lisboetas, tais alegações quanto à fragilidade do estado de saúde de Pedro II são confirmadas. Em correspondência endereçada ao soberano, em 19 de abril de 1887, Isabel lastimava: “Quem me dera saber papai livre de todo acesso de febre! Muito me tem entristecido saber que não está bem de todo. Não foram minhas orações que faltaram durante a Semana Santa e sempre, meus queridos e bons pais”.⁷

Nesse cenário, a princesa imperial foi compelida a retornar ao país para inaugurar sua terceira regência e possibilitar o tratamento médico do patriarca da nação na Europa. Sendo assim, dois dias após o monarca deixar o país, d. Isabel redigiu uma carta relatando sua situação, e demonstrando *affect* de tristeza e insatisfação diante da nova residência que estava sendo obrigada a ocupar para exercer o governo da nação, além da apatia em relação aos seus compromissos oficiais. A partir do momento em que a princesa assumiu a posição de regente, foi necessário se mudar para a residência da família na corte, deixando o confortável clima do Palácio Isabel, em

5 Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

6 Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

7 Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

Petrópolis. A herdeira da Coroa passou a viver no Palácio São Cristóvão,⁸ no Rio de Janeiro.

Os escritos da princesa herdeira mesclavam aspectos da vida íntima familiar com atualizações sobre os trâmites da sua nova posição como regente. Assim, numa mesma missiva, uma caligrafia diferente da de d. Isabel se destacava, sendo esta de um dos netos do monarca. A correspondência elucidava bem a conformação de uma monarquia, mesclando sentimentos e emoções parentais com a direção política de um país.

2 de julho de 1887, São Cristóvão

Meu querido e bom pai,

Muito me comoveu a missa de hoje na Misericórdia pelas recordações! Que saudades!!!

É do quarto e da mesa de mamãe que estou lhes escrevendo, a nossa instalação aqui está muito cômoda, e mesmo esta solidão de São Cristóvão (alegrada pelos meninos) foi boa para estes primeiros dias sobretudo.

Goza-me de uma paz que faz bem quando se está triste.

Já marcamos as audiências para as quintas-feiras seguidas dos despachos, as recepções para as segundas e o corpo diplomático para as primeiras terças-feiras dos meses. [duas palavras ilegíveis] meus únicos atos oficiais. Quem me dera não ter nenhum para fazer!!!

Vamos às noites à exposição do caminho de ferro, e dizem que voltaremos de bonde elétrico. Pelo sim, pelo não, mandarei o carro seguir para não correr o risco de ficar a pé.

Josefina também escreveu hoje.

Mil beijos e abraços saudosíssimos de nós todos.

Sua filhinha que tanto o ama,

Isabel Condessa d'Eu.

Muitas saudades a Pedro, ao Nioac, aos Motta Maia e aos Carapebus.

O tigre grande morreu, mas há ainda três onças, duas cobras papa veado e muita bicharada.

Seus netinhos que o amam

Pedro, Luiz e A.⁹

⁸ O Palácio São Cristóvão, prédio que atualmente abriga o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi a residência oficial do imperador d. Pedro II no Rio de Janeiro. Segundo Regina Maria Macedo Costa Dantas, o local foi habitado pelo rei d. João IV, antes da Independência, e pelo imperador d. Pedro I. A edificação pode ter feito parte de uma fazenda na conjuntura do domínio jesuíta sobre essa região do país. Entretanto, a autora esboça que a expulsão da Companhia de Jesus da colônia levou a propriedade às mãos de um comerciante luso-libanês e traficante de escravizados, Elias Antônio Lopes, que cedeu a propriedade a d. João IV. Por fim, após uma reforma iniciada no ano de 1803, o local tornou-se residência real em 1809, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil (Dantas, 2007).

⁹ Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

Destacamos a forma como a princesa herdeira da Coroa referiu-se aos atos oficiais de sua terceira regência: “Quem me dera não ter nenhum para fazer!!!”. A exclamação de Isabel poderia levar o leitor a presumir, equivocadamente, que a sucessora esboçava pouco ou nenhum interesse pelo exercício das funções majestáticas na ausência do pai. Todavia, é imperativo considerar que a princesa imperial demonstrava em seu texto muitas saudades do soberano e *affect* de abatimento. Sendo assim, pressupomos que não precisar realizar o trabalho de diligência do país significaria a presença do patriarca ao seu lado e, consequentemente, o restabelecimento da saúde de seu amado pai. Além disso, considerando a preocupação de Isabel com o sucesso do tratamento do imperador, não acreditamos que a princesa cometeria a imprudência de demonstrar ao seu primeiro preceptor – que havia se dedicado à educação intelectual da filha desde o seu nascimento para garantir a perpetuação da monarquia em solo brasileiro – descaso com o governo da pátria. Tal atitude poderia provocar preocupações ao monarca, a quem Isabel pretendia poupar dos aborrecimentos, como evidenciado nas correspondências enviadas pela princesa à d. Teresa Cristina.¹⁰

Assim, a partir da elevação da princesa imperial d. Isabel ao posto de regente do império, foi necessário que a herdeira, sua família e damas de companhia iniciassem a adaptação em uma nova residência, o Palácio São Cristóvão. O local não agradava muito a sucessora, como demonstrado nos trechos de uma carta redigida por Isabel e endereçada à mãe, a imperatriz Teresa Cristina. A correspondência foi enviada menos de dois meses depois da princesa assumir a gestão do Estado.

25 de agosto de 1887, São Cristóvão

Minha querida e boa mamãezinha [...].

O bom retrato grande de papai a óleo que usava na biblioteca de baixo, assim como um mesmo bom seu em fotografia, pendurei-o no meu quarto, ao menos os tenho imagem.

Quando os terei na realidade?!!

Saudades e mais saudades!!!!

Ontem foi a sessão conhecida do Lyceu literário Pasuijuz.

Sessão bonita, discurso mau, e pequeno concurso muito bom [...]

Sua filhinha que tanto a ama.

Isabel Cristina

Minhas saudades a Pedro, Nicais, Motta Maia e Carapebus.¹¹

10 Arquivo Grão-Pará, XLI – 4.

11 Arquivo Grão-Pará, XLI – 4.

Analisando a correspondência, é notória a boa relação e a afetuosidade que conduzia o vínculo entre a princesa herdeira e o casal de imperantes. Identificamos, considerando o princípio da *attitude* e a categoria *affect*, sentimentos de melancolia e tristeza permeando os escritos da princesa, demarcando a falta que sentia dos pais. Questionamos se esse suposto apego aos progenitores afetava suas ambições em relação ao trono e à forma como ela conduziria a regência. Já que, tendo em vista a crítica situação da saúde de Pedro II, e a iminência de concretização do terceiro reinado, essa regência poderia significar um ensaio para a futura missão na direção do Estado imperial, assim como a oportunidade para demonstrar ao povo, e principalmente à elite política, sua capacidade governativa para assumir o posto de imperatriz do Brasil.

Naquela conjuntura, além de ocupar uma nova residência, a princesa regente passou a cumprir as obrigações oficiais, antes desempenhadas pelo pai. Desse modo, para realizar suas novas atribuições como regente, d. Isabel precisava destinar mais atenção às notícias envolvendo o país, assim como conhecer a opinião pública acerca do seu governo. Para tal feito, a sucessora dispunha dos periódicos que circulavam no Brasil, e ainda os remetia para o imperador na Europa, como demonstrado na correspondência do dia 26 de setembro de 1887: “Quanto à política papai verá pelos jornais o que tem havido. Senti que o Portella sairia do ministério, mas achei que ele fez bem de o fazer”.¹² Através da remissão dos periódicos, Isabel poderia se abster de descrever ao pai a conjuntura política do país, permitindo ao monarca a apreciação das edições dos jornais.

A princesa não estava alheia às discussões que circulavam na imprensa acerca da ausência do pai, ou mesmo às sátiras produzidas em torno da fragilidade do estado de saúde do monarca. Em carta à imperatriz Teresa Cristina, em outubro de 1887, ela reprovava as publicações periódicas: “Malditos jornais que sentenciam a fazer o jogo que tanto dói meus sentimentos! Meçam-no minha raiva; mas o essencial é que papai vá indo de melhorar em melhorar”.¹³ Percebemos o uso da dimensão *graduation* no texto da correspondência pela repetição do verbo melhorar, enfatizando o quanto Isabel considerava importante o restabelecimento da saúde do soberano, que, nesse sentido público da imprensa, poderia significar um fortalecimento da própria monarquia perante os jornais.

No escrito endereçado à mãe, verificamos, por meio da região *affect* da *attitude*, os sentimentos de indignação, raiva, tristeza, mágoa e o quanto a sucessora

12 Arquivo Grão Pará, XLI – 3

13 Arquivo Grão Pará, XLI – 4.

de Pedro II se sentia pessoalmente ofendida pela forma como os jornalistas exploravam a enfermidade do pai em seus artigos. Isabel não cita o nome dos jornais que lhe causaram tamanha indignação, muito menos as edições. Entretanto, destacamos que diversos rumores foram disseminados no contexto de partida do imperador para a Europa. A princesa foi, inclusive, acusada de conspirar com o parlamento para depor o monarca através de um golpe de Estado.¹⁴ Ao longo de sua regência, ao passo que os boatos a respeito da enfermidade do imperante atravessavam o Atlântico, mais se endossava a teoria de que d. Pedro não retornaria vivo ao país, e que, em realidade, Isabel havia se tornado imperatriz no momento em que o Gironde deixou o porto no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, verificamos que a d. Isabel não faltaram motivos capazes de produzir tamanho ressentimento em relação às práticas dos periodistas brasileiros.

Naquela conjuntura, era notório o impacto dos escritos da imprensa naquela família que protagonizava as páginas dos jornais. Assim, em duas correspondências diferentes destinadas à imperatriz Teresa Cristina, Isabel citava o *Jornal do Comércio*, no dia 5 de novembro de 1889, e o *Diário de Notícias*, no dia 2 de junho de 1888: “O *Diário de Notícias* de hoje dá como telegrama que partem ainda no dia 20 para cá”.¹⁵ Desse modo, constatamos que a princesa imperial acompanhava assiduamente as discussões nos jornais.

Logo, acreditamos ser possível que a princesa conhecesse a fundo as inúmeras discussões e expectativas relacionadas ao possível terceiro reinado: a rejeição por parte dos republicanos, a publicidade dos isabelistas, os boatos em torno do golpe de seu sobrinho e o desrespeito às leis sucessórias, através da proposta de elevar Pedro Augusto ao posto de imperador, a partir das alegações de que seria mais bem preparado intelectualmente. Entretanto, na documentação acessada no Arquivo Grão-Pará, não chegamos a identificar as opiniões da personagem principal dessa trama nas cartas produzidas por Isabel, nem mesmo uma única menção ao termo terceiro reinado.

A ausência de menção à concretização de seu reinado não deve ser interpretada como desinteresse pelo futuro como imperatriz do país. A instalação do terceiro reinado significaria o falecimento do estimado pai, logo, considerando esse entrelaçamento entre público e privado característico dos regimes monárquicos, compreendemos as reservas de d. Isabel ao tratar do seu futuro como governante da nação. Evidência de suas ambições políticas e de seu compromisso

14 *Gazeta da Tarde*, n. 145, 28 jun. 1887.

15 Arquivo Grão Pará, XLI – 4.

com a causa abolicionista é sua participação ativa nos trâmites para assinatura da Lei Áurea. Em missiva enviada aos pais em 4 de março de 1888, a sucessora expressava *judgment* em relação à conduta do ministério escravista que ocupava o poder durante a sua regência.¹⁶

Além disso o ministério tem-se desmoralizado bastante, eu o sinto, mas a menos que a e [palavra ilegível] seja agora por causa dos fatos ocorridos, não tenho até agora achado ocasião para substituí-lo.

Tomará ele outro rumo? Meses antes das Câmaras.

Dê a papai esta carta para ler, pois também que é destinada. Eu procuro fazer o melhor que posso. Infelizmente ainda não tenho a experiência dele, aliás bem difícil de chegar-se a ela. Supro a boa vontade de fazer o que julgo bom e justo, pelo menos graças a Deus tenho Gaston para me auxiliar com seu critério e trabalho. Pois, quando se é marido e mulher e se entendem, é mais fácil ou menos difícil a tarefa. [...]¹⁷

A princesa promoveu um julgamento moral da conduta do ministério, transparecia *affect* de incerteza com relação à manutenção ou demissão do gabinete Cotegipe e não descartava a possibilidade de utilizar o poder moderador para substituir o ministro conservador. O *affect* de insegurança também perpassava o manuscrito da sucessora, justificando suas decisões como reflexo da falta de experiência e exaltando a desenvoltura do imperador Pedro II na condução do país. Por mais que Isabel se mostrasse hesitante e temerosa em relação a sua regência, esclarecia que seu ímpeto era proceder de modo bom e justo, valorizando ainda o suporte e auxílio fornecido pelo marido Gastão d'Orléans, o conde d'Eu.

A desconfiança da princesa em relação ao gabinete do barão de Cotegipe provocou a destituição do conservador do cargo e a indicação de João Alfredo para a posição, impactando diretamente a implementação da lei que extinguiu o regime de trabalho escravista no país. As ações de d. Isabel demonstraram sua autonomia e o interesse em fazer progredir o país, explicitado também em correspondência remetida ao casal de imperantes no dia 14 de março de 1888, descrevendo a mudança no ministério com expressões da dimensão *appreciation*.¹⁸

16 Arquivo Grão Pará, XLI – 4.

17 Arquivo Grão Pará, XLI – 4.

18 Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

14 de março de 1888, São Cristóvão

Meus queridos e bons pais

[...]

Quanto aos ministérios terão sabido pelos jornais o que houve. Os últimos números muito me entristeceram. Há sempre minhas ideias divergiam das do ministério, sentia que o governo perdia muita força moral, já alguma coisa neste sentido dir-se-há bastante semanas, agora com mais firmeza e por exemplo, censurando ao mesmo tempo a polícia em grande parte do que houve a política ou antes atitude tomada pelas autoridades policiais há já algum tempo. Minha declaração de perda de força moral e de que insistia pela demissão do chefe de polícia deu em resultado a queda do ministério. Não me arrependo do que fiz. Mais tarde ou mais cedo o teria feito, confesso que eu deixei a irritação se apoderar de mim, e em consciência não devia continuar com um ministério, quando eu por mim mesma sentia, e estava convencida de que ele não preenchia as aspirações do país nas circunstâncias áureas e atuais. Deus me ajude, e que a questão da emancipação dê breve o último passo que tanto desejo ver chegar! Há muito a fazer, mas isto antes de tudo.

[...]

Quanto a escolha dos novos ministros fui eu quem indicou o João Alfredo. Este foi quem escolheu os outros. Deixei-lhe toda a liberdade para que pudesse organizar o gabinete como o fosse necessário a vista da maioria parlamentar. [...]¹⁹

A regente parecia convicta da decisão que tomou sem consultar o imperador. Nesse texto, fica claro que o governo da princesa Isabel foi orientado pelas ideias e posicionamentos próprios da sucessora. Ela parecia conhecer e abominar a representação produzida de sua figura como subordinada aos desejos e projetos de terceiros, já que, nessa correspondência destinada aos pais, tenta atestar que já havia exposto ao casal em outra carta sua insatisfação com o ministério. Nessa perspectiva, d. Isabel afirmava que as suas ideias divergiam das do gabinete Cotegipe, tentando elucidar e fortalecer a argumentação de que as concepções que motivavam seus atos governativos eram exclusivamente suas, que não obedeciam aos anseios de qualquer outro indivíduo. A regente não demonstrava hesitação ou incerteza ao declarar que não se arrependia de sua deliberação.

Nesse excerto, constatamos que a princesa Isabel dispunha de grande autonomia para gerir o país na conjuntura da sua terceira regência, e, quando julgou necessário, foi categórica em utilizar o poder moderador para direcionar a nação

19 Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

aos rumos que considerava mais adequados. A sucessora acreditava ser inadmissível governar com um ministério desconectado dos seus propósitos e suas concepções. O arbítrio da herdeira da Coroa pela destituição de Cotegipe provém do seu objetivo central, possibilitar a ruptura da trajetória da nação com o regime de trabalho escravista. Nessa carta, a princesa imperial transparecia um desejo de reinar, de conduzir o país no caminho de seus próprios ideais, assim como esboçava estar repleta de aspirações para o futuro da pátria, sendo a emancipação a causa mais urgente. Nesse ponto, questionamos também a forma como a historiografia a representava como desinteressada dos aspectos políticos do país e indiferente ao seu futuro como imperatriz. Nessa correspondência, demonstramos exatamente o contrário, já que a sucessora de d. Pedro II parecia planejar as ações do seu possível terceiro reinado: “Há muito a fazer, mas isto antes de tudo!”.²⁰

Por meio da análise de correspondências redigidas pela princesa Isabel e endereçadas ao imperador d. Pedro II e à imperatriz Teresa Cristina, foi possível reconhecer uma sucessora interessada pelo contexto político do país que esperava governar. Isabel acompanhava os debates na imprensa e parecia compreender os impactos de tais discussões para o regime monárquico e para seu próprio projeto de terceiro reinado.

Conclusão

Através do mapeamento das características do acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial, em especial do Arquivo Grão-Pará, foi possível demonstrar a relevância dessa documentação para a construção da história nacional. Apesar de representar majoritariamente fragmentos do passado de grupos pertencentes à elite do país, por meio do acervo também é possível revisar concepções em voga na historiografia, produzindo investigações calcadas em novos aportes teóricos e metodológicos e conferindo novas nuances a personalidades políticas biografadas no país, como é o caso da princesa Isabel. O *corpus* documental também se mostra profícuo, por exemplo, para o desenvolvimento de análises relacionadas ao campo da história das mulheres.

Por meio do estudo de caso elaborado, foi possível apresentar a princesa Isabel como uma sucessora atenta à dinâmica política imperial, acompanhando os debates da imprensa e prospectando a concretização do seu terceiro reinado. Logo, contribuiu-se para a apreensão do percurso político e pessoal da herdeira

²⁰ Arquivo Grão Pará, XLI – 3.

da Coroa brasileira, suplementando pesquisas anteriormente realizadas, como os trabalhos historiográficos produzidos por Mary Del Priore (2013), Roderick Barman (2005), Lourenço Luís Lacombe (1989), Hermes Vieira (1990) e Pedro Calmon (1941), que também utilizaram a documentação disposta no Arquivo Grão-Pará como objeto de análise, e representaram, ao contrário desse estudo, a princesa herdeira como apática em relação às questões políticas e dedicada apenas à igreja e à vida domiciliar.

Fontes

Correspondências:

Arquivo Grão Pará, XLI – 3

Arquivo Grão-Pará, XLI – 4

Periódicos

Diário de Notícias, n. 751, 30 jun. 1887

Gazeta de Notícias, n. 178, 27 jun. 1887

Gazeta da Tarde, n. 145, 28 jun. 1887

Gazeta da Tarde, n. 146, 30 jun. 1887

Jornal do Comércio, n. 181, 30 jun. 1887

Referências

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. D. Pedro II: o pai/mestre das princesas. *Encontros*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 58-72, 2012.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

BEDIAGA, Begonha. O Arquivo Histórico do Museu Imperial e as pesquisas sobre o século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*,

Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 365-373, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/SHMLqwYcJpYQgxpZ9pf9RC/?lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2023.

BORDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.

CALMON, Pedro. *A princesa Isabel, “a redentora”*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CORVO, Isabela Sousa. *A espetacularização no uso da informação em espaços museológicos: uma análise no Museu Imperial de Petrópolis*. 2018.

- Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/999/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Isabela%20Sousa%20Curvo.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss210.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- GAZZANEO, Luiz Manoel. *Do Palácio Imperial ao Museu Imperial: uma visita iconográfica na atualidade*. In: GUIMARAENS, Cêça (org.). *Museografia e arquitetura de museus: comunicações e identidades*. Rio de Janeiro: Oficina de Livros do Rio de Janeiro, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1923.
- LACOMBE, Lourenço Luís. *A princesa redentora*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LEVI, Giovanni. *Micro-história e história global*. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.
- MARTIN, James; WHITE, Peter. *The language of evaluation: Appraisal in English*. London/New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- MCKEMMISH, Sue. *Provas de mim: novas considerações*. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joêlé; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 2, p. 9-42, 1994.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- PEREIRA, Cibele Camargos. *Entre a sucessão e a República: representações da princesa Isabel e projeções para o Terceiro Reinado*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Disponível em: <https://historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS/detalhes-da-tese?id=15138>. Acesso em: 25 mar. 2024.
- PEROZZO, Laura Cardoso. *Os acervos e arquivos pessoais como lugar de memória e espaço para a escrita e compreensão da história*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS, 16., 2022. Anais... Anpuh-RS, 2022. Disponível em: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/recursos/anais/12/anpuh-rs-eeh2022/1661108428_ARQUIVO_d41461d6be78c5dboa7b1b1bc551f68d.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.
- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Jaime Antunes da. *Dom Pedro Gastão e o Arquivo Grão-Pará*. Revista do IHGB, ano 174, n. 461, p. 287-289, out./dez. 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/oB_G9pg7CxK SsOHJUQlNmWkpJOVU/view?resourcekey=o-ln_gYltb3IYoJdfxmXLQg. Acesso em: 25 jul. 2023.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SODRÉ, Alcindo. *Museu Imperial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- TELLES, Norma. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442.
- VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1990.

ZANATTA, Eliane Marchesini. *Museu Imperial, metodologias de conservação e restauração aplicadas às coleções: uma narrativa*. 2011. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12493>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Recebido em 29/7/2023

Aprovado em 11/3/2024